



Audiência da APEVT com o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação

A audiência da APEVT com o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação (SEAE) realizou-se no dia 15 de Fevereiro de 2011, por volta das 15 horas, com a presença do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação, Alexandre Ventura, do Senhor Director Geral dos Recursos Humanos da Educação, Mário Agostinho Pereira e assessores do Ministério da Educação.

Da delegação da APEVT estiveram presentes José Alberto Rodrigues, Presidente do Conselho Nacional da APEVT; António Oliveira, Presidente do Secretariado da APEVT, Carlos Gomes, Conselho consultivo da APEVT e Maria João Torres em representação dos associados da APEVT.

Intervenção da APEVT

- Apresentação dos princípios que regem a Associação e o trabalho que desenvolve;
- Enunciado e apresentação da nossa posição relativamente ao DL n.º 18/2011 e ausência de princípios pedagógicos para a fundamentação da mesma por parte do Ministério da Educação;
- Incongruência da argumentação apresentada por parte do Ministério da Educação quando na resposta dada ao PEV, por escrito, por parte da Senhora Ministra, se diz que o par pedagógico em EVT resulta da reorganização curricular iniciada em 2001 o que de facto não coincide com a realidade, uma vez que este é decorrente da reforma de 1991;
- Apresentação do que está enunciado na Introdução das “Metas de Aprendizagem” (publicadas no início deste ano lectivo de 2010/2011) a qual menciona ter sido tomada em consideração, aquando da elaboração das mesmas, o facto da disciplina de EVT ser leccionada em par pedagógico;
- Foi apresentada a metodologia de trabalho em EVT, através da apresentação de um esquema e do programa da disciplina;
- Apresentou-se, ainda, um quadro onde se verifica o desinvestimento nesta área, das Artes e Tecnologias, desde a reforma de Veiga Simão (1968) com a actual medida de reduzir para apenas 1 docente a leccionação da disciplina de EVT;

Intervenção do Ministério da Educação

- O Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação referiu que não há nenhuma ideia pré-concebida sobre a EVT e que respeita todos os docentes de EVT e outras áreas disciplinares, recusando deste modo, que esta medida seja considerada como um ataque à classe docente de EVT;

- Acrescentou, ainda que as “Metas de Aprendizagem” mencionam “par pedagógico” na sua Introdução porque era uma medida da altura, não se sabendo o que poderia ocorrer entretanto, isto é, a conjectura actual é diferente da que se vivia aquando da elaboração das “Metas de Aprendizagem” e como tal surge mencionado o “par pedagógico”;

- Afirmou que era necessário pragmatismo, objectividade e que esta é uma medida de “racionalização/optimização dos recursos” mas que isso não conduziria a “qualquer situação de despedimento de docentes de carreira”. Aliás, reforçou novamente a questão do PRAGMATISMO para afirmar em clara alusão ao mesmo, a necessidade de encontrar as melhores formas de potenciar a EVT neste novo paradigma, em articulação com o Ministério, os Professores e as Direcções das Escolas e/ou Agrupamentos.

- O Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação reafirmou que era importante equacionar os melhores cenários para a rentabilização dos docentes de EVT que se encontram na carreira, uma vez que os “horários zero” são um assunto complexo. Assim sendo, aventou como sugestão de, nas escolas, sem que fosse obrigatório, se pudessem dar orientações no sentido de que as horas lectivas fossem distribuídas por todos os docentes de carreira e que as restantes fossem preenchidas para que se pudesse concertar: apoios ao 1º CEB, bibliotecas escolas, planos tecnológicos da educação, projectos, clubes, etc...

A APEVT foi peremptória ao afirmar que “a distribuição do bem pelos docentes” (horas) é apenas uma medida que não tem em conta todos os que contribuem para a causa educativa, que a há uma segregação dos “docentes de carreira e daqueles que continuam como contratados”;

- O Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação afirma que “não há qualquer situação de despedimento de docentes de carreira”, apenas terão que se rentabilizar os recursos humanos.

A APEVT Interpelou de imediato com a questão dos docentes contratados e com o facto de muitos deles estarem ao serviço da educação há mais de 4, 5 anos, havendo mesmo muitos docentes que têm mais de 10 anos de serviço com contrato anual e horário completo.

- No que diz respeito aos contratados o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação apenas mencionou que se está a falar de um número que ronda pouco mais de mil professores contratados (o que não esclareceu é se estava a falar apenas daqueles que são contratados com horário completo) e nada mais adiantou.

Intervenção da APEVT

- A APEVT questionou no sentido de saber porque é que não foram tidos em conta os pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE) e Conselho de Escolas (CE) que são unânimes contra estas medidas. Acrescentou que a Resolução do Conselho de Ministros de 27 de Dezembro de 2010 nada refere quanto à passagem da docência da EVT para um professor, apenas a eliminação da Área de Projecto e Estudo Acompanhado;
- Salientou o carácter prático e experimental da disciplina de EVT e o que se passa no 3º CEB nas disciplinas de Ciências Naturais, Ciências Físico-químicas e Educação Tecnológica, com o desdobramento da turma;
- Procurou saber quais os estudos que fundamentaram a posição/medida já que para os docentes de EVT a descontextualização da medida é óbvia;
- Reafirmou o que se vai perder na disciplina de EVT, o que as crianças e o ensino vão perder e que há uma manifesta perda de aprendizagens fundamentais na disciplina, nos domínios que a integram;

O Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação interrompe dizendo que quem nos ouvisse falar parecia que estávamos a falar do “fim da EVT”. A APEVT afirmou claramente que é disso que se trata.

- Interpelou o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação sobre o porquê de existirem argumentos pedagógicos em todas as reformas efectuadas e nesta não e, se a componente tecnológica da disciplina se iria perder com esta medida.

Intervenção do Ministério da Educação

- O Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação afirmou que muitas das questões/afirmações efectuadas são argumentos válidos mas que “a situação não permite fazer de outra maneira”;
- Há que procurar o diálogo para resolver esta situação...;
- “A manutenção do par pedagógico não está em cima da mesa”.

Intervenção do Senhor Director Geral dos Recursos Humanos da Educação,

- O Director Geral dos Recursos Humanos da Educação interveio dizendo que em 2004 já houve uma medida semelhante no ensino secundário na área da Economia, na Matemática.

A APEVT contrapôs referindo que o que está em causa é o ensino básico, a EVT no ensino básico.

O Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação afirma que a medida da eliminação do par pedagógico em EVT “não põe em causa a perda de qualidade de

ensino da EVT”, que a “gestão do programa se pode manter” e que a disciplina “não se vai descaracterizar”.

Intervenção da APEVT

- A APEVT questionou no sentido de saber porque é que não foram tidos em conta os pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE) e Conselho de Escolas (CE) que são unânimes contra estas medidas. Acrescentou que a Resolução do Conselho de Ministros de 27 de Dezembro de 2010 nada refere quanto à passagem da docência da EVT para um professor, apenas a eliminação da Área de Projecto e Estudo Acompanhado;
- Salientou o carácter prático e experimental da disciplina de EVT e o que se passa no 3º CEB nas disciplinas de Ciências Naturais, Ciências Físico-químicas e Educação Tecnológica, com o desdobramento da turma;
- Procurou saber quais os estudos que fundamentaram a posição/medida já que para os docentes de EVT a descontextualização da medida é óbvia;
- Reafirmou o que se vai perder na disciplina de EVT, o que as crianças e o ensino vão perder e que há uma manifesta perda de aprendizagens fundamentais na disciplina, nos domínios que a integram;
- Interpelou o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação sobre o porquê de existirem argumentos pedagógicos em todas as reformas efectuadas e nesta não e, se a componente tecnológica da disciplina se iria perder com esta medida.
- É também colocada a questão dos cursos de formação inicial de professores em EVT e dos cursos de mestrado que actualmente são os que permitem a docentes que têm vários anos de serviço obter profissionalização. Lembrámos que acabou a profissionalização em exercício;

Intervenção do Ministério da Educação/APEVT

Já quase no final de três horas de audiência, o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação reafirma a disponibilidade e abertura em trabalhar com a APEVT para encontrar a melhor solução no seio das escolas.

Apresentadas as propostas, a APEVT e o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação deram por terminada a audiência, encetando-se um pequeno diálogo informal mas com a **posição vincada da APEVT que neste momento iremos continuar a nossa moção estratégica e formas de luta pois as medidas apresentadas e as sugestões enunciadas não satisfazem os docentes de EVT e a educação de Portugal.**